

Narrativa do medo e da destruição: o papel dos jornais *O Povo* e *O Estado* no massacre do Caldeirão de Santa Cruz do Deserto¹

Hioga Fernanda Duarte Rocha Santos

Resumo

O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (1926-1936) configurou-se como um dos maiores movimentos camponeses do Ceará, reunindo migrantes e camponeses sob a liderança de um beato no Cariri. Sua organização socioeconômica, que desafiava a lógica da exploração capitalista e a ordem oligárquica, logo foi percebida pelas elites e pelo Estado como uma ameaça à ordem social. Este artigo investiga o papel da imprensa cearense no processo de destruição do sítio, com foco nos jornais *O Povo* e *O Estado*, veículos que demonstravam alta frequência de cobertura. A partir da análise de discurso e da retórica de dezenas de matérias publicadas no período, argumentamos que a imprensa atuou como agente de convencimento e persuasão. A narrativa de perigo e a construção midiática de um inimigo social nos periódicos legitimaram a ação violenta do Estado, contribuindo ativamente para a destruição do Caldeirão.

Palavras-Chave: Caldeirão; Campesinato; Imprensa.

Narrative of fear and destruction: The role of “O Povo” and “O Estado” newspapers in the Caldeirão de Santa Cruz do Deserto massacre

Abstract

The Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (1926-1936) was one of the largest self-sustaining messianic movements in Ceará, bringing together migrants and peasants under the leadership of

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

a *beato* (lay religious leader) in the Cariri region. Its socioeconomic organization, which challenged the logic of capitalist exploitation and the oligarchic order, was quickly perceived by the elites and the State as a threat to social order. This article investigates the role of the Ceará press in the process of the site's destruction, focusing on the newspapers *O Povo* and *O Estado*, which showed a high frequency of coverage on the movement. Based on the discourse and rhetorical analysis of dozens of published articles from the period, we argue that the press acted as an agent of persuasion and conviction. The narrative of danger and the media construction of a social enemy in these periodicals legitimized the State's violent action, thereby actively contributing to the destruction of the Caldeirão.

Keywords: Caldeirão; Peasantry; Press.

Texto integral

Introdução

Foi em terras do bioma Caatinga, no Semiárido, no Sul do Estado do Ceará, próximo à Serra do Araripe, uma região de inúmeras fontes e remanescentes de Mata Atlântica, que o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto se formou a partir da presença de migrantes, inclusive, seu líder, o Beato José Lourenço. Ao chegarem em terras pedregosas e secas, aproveitaram das técnicas que traziam e construíram um excelente sistema de irrigação, aproveitando dos caldeirões que lá existem e que nunca secam, sendo eles alimentados por córregos que por ali passam.

O Caldeirão é datado dos anos de 1926 a 1936, tendo seu fim ora interpretado como profecia, ora como injustiça e desastre. Profecia porque o padre Cícero Romão Batista havia dito que o Caldeirão acabaria em 10 anos, o que se confirmou. Contudo, a forma como o sítio foi destruído, com base em um discurso de ser um lugar de perigo, comunismo e fanatismo, evidencia a injustiça. Na verdade, o sítio Caldeirão da Santa Cruz do Deserto não tinha nada de *comunismo* nem de *fanatismo*. Ali se manifestava o campesinato brasileiro em ação, com camponeses trabalhando em família (seja de sangue ou de consideração), em um sistema de produção e

distribuição coletiva. A partir das perspectivas de Stuart Hall (2016) sobre a produção de significado e de Chaïm Perelman sobre a retórica e a persuasão, argumentamos que os veículos *O Povo* e *O Estado* não somente informaram, mas atuaram ativamente na construção midiática de um inimigo social que legitimou a ação violenta do Estado.

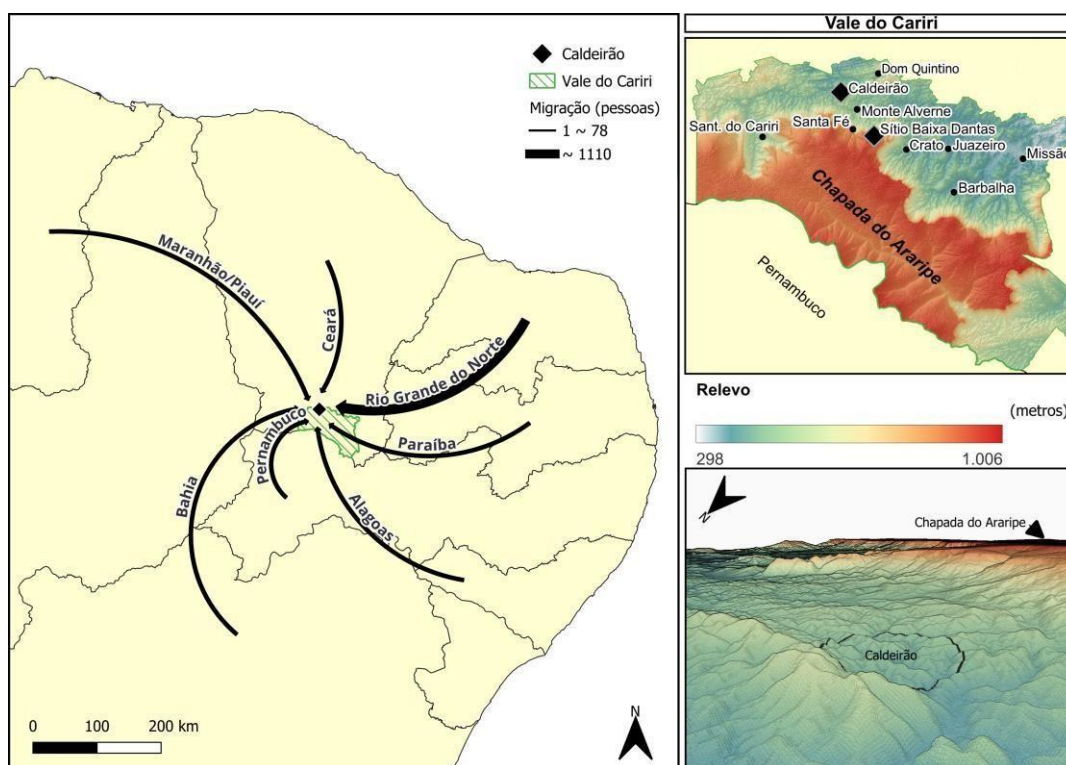
Para sustentar esta tese, o artigo estrutura-se em três partes: a contextualização histórica e os debates teóricos; a análise do discurso dos jornais *O Povo* e *O Estado*; e, por fim, a discussão sobre como essa narrativa de perigo contribuiu para a destruição do Caldeirão.

Contextualização Histórica e Debates Teóricos

O Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (1926–1936) foi um sítio formado por camponeses no sul do Estado do Ceará, na zona rural do Crato, liderado pelo paraibano José Lourenço Gomes da Silva (1872–1946). Sua chegada a Juazeiro do Norte² ocorreu em fins do século XIX, inserida em fluxos migratórios maiores. José Lourenço foi para a região à procura de sua família (mãe, pai, irmãs e irmão), os quais não conseguiu reencontrar em Pilões de Dentro — PB, após retornar de um trabalho temporário. O Sítio Caldeirão recebeu pessoas de Alagoas, Paraíba, Bahia, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte — estados onde os camponeses enfrentavam grandes agruras devido às secas constantes, que causavam miséria, fome, abandono e mortes.

² Nessa época, Juazeiro do Norte ainda era um povoado pertencente à cidade de Crato. Somente no ano de 1911, por influência do Padre Cícero e devido ao seu acelerado e substancial crescimento, a localidade foi elevada à categoria de vila e, posteriormente, cidade.

Mapa 1 - Estados de onde migraram pessoas para o Caldeirão



Fonte: Elaborado por Marcelo Igor Oliveira, Tiago Gil e Hioga Santos, 2025.

Mapa elaborado com base na malha municipal do Brasil de 1920/30/40 (IBGE)

Esses fluxos migratórios se davam em virtude do caráter paternalista do Padre Cícero Romão Batista (1844-1934) e do que ficou conhecido como “milagre da hóstia”³. Era comum que muitos romeiros/as chegassem à região e ali se fixassem. Foi o que aconteceu com José Lourenço e sua família.

³ Em 1º de março de 1889, durante a comunhão oficiada pelo Padre Cícero, a hóstia recebida pela beata Maria de Araújo — uma mulher negra nascida no povoado de Tabuleiro Grande, à época pertencente ao Crato — teria se vertido em sangue. O fato teria sido reiterado outras vezes e divulgado como milagre por um jornalista local.

Foi nesse contexto, em contato com Juazeiro e Padre Cícero, que José Lourenço optou por permanecer. Com auxílio do sacerdote, ele primeiro formou o sítio Baixa Dantas (1894–1926), que teve suas terras reivindicadas pelo proprietário, e depois o Caldeirão (1926–1936), o qual foi destruído pelas forças policiais do Estado do Ceará. Conforme Vileci Vidal:

O nome Caldeirão deriva de formações rochosas na parte mais baixa da área, em forma de grandes reservatórios que acumulam água quando chove. De tão árido, Caldeirão recebe também o nome “do deserto” — um Caldeirão Geomorfológico. “Santa Cruz” faz referência aos dois jesuítas que ali morreram de fome e à origem da “Santa Cruz” como uma irmandade que cria mecanismos de resistência para conseguir viver da terra, firmando uma comunidade onde tudo se constrói: Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. (VIDAL, 2017, p. 64).

Rapidamente transformado em um lugar próspero e bem gerido, o Caldeirão efetivou sua utopia. Conforme Francisco Régis Lopes, no Caldeirão:

A produção era dividida. Isso, obviamente, era uma das motivações para o trabalho, pois quem estava na labuta percebia que a coisa estava dando certo. O dinheiro não circulava, porque existiam os armazéns, onde os produtos eram guardados e distribuídos de acordo com a necessidade de cada um. Em síntese, viviam para o trabalho e orações. Faziam procissões, novenas, ladainhas; os dias santos e domingo eram respeitados, ninguém trabalhava. A religião motivava o trabalho e inspirava uma vida de solidariedade.

O mundo era visto pelas lentes do religioso. Era da relação dialética entre o trabalho diário e o sentimento religioso que surgia uma comunidade organizada para a produção. E produzia. O que antes era mato tornou-se plantação. Além do vasto canavial, dos inúmeros pés de laranjas, de jaqueiras, havia muitas limeiras, ateiras, bananeiras, coqueiros, umbuzeiros, romeiras, fruta-pão, guabirabeiras, jambolões, mamoeiros, eucaliptos, plantação de piteira, de palmatórias, capins. (RAMOS, 2011, p. 64–5).

O contexto é o da Primeira República, período em que a condição do negro como trabalhador livre e suas possibilidades de acesso a uma vida digna ainda eram muito precárias, visto que a abolição não foi acompanhada de políticas de reparação e ressarcimento. O resultado foi a marginalização dessas pessoas, submetidas a um sistema de trabalho violento e ao racismo,

que permanece forte no Brasil atual. O pai do beato José Lourenço era um desses homens: escravizado, alforriado e com sua dignidade humana violada por muito tempo.

Outra coisa importante de refletir é que o Caldeirão da Santa Cruz estava inserido no Nordeste. A primeira vez que apareceu a palavra “Nordeste” para aquela região foi no Instituto de Obras Federais Contra as Secas (IFOCS). Assim disse Durval Muniz:

O termo Nordeste é usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. Neste discurso institucional, o Nordeste surge como parte do Norte sujeita às estiagens e, por essa razão, merecedora de especial atenção do poder público federal. O Nordeste é, em grande medida, filho das secas; produto imagético discursivo de toda uma série de imagens e textos, produzidos a respeito deste fenômeno, desde que a grande seca de 1887 veio colocá-la como problema mais importante desta área. Estes discursos, bem como todas as práticas que este fenômeno suscita, paulatinamente instituem-no como um recorte espacial específico, no país. É a seca que chama atenção dos veículos de comunicação, especialmente dos jornais do Sul, notadamente num momento em que o meio é considerado, ao lado da raça, como fatores determinantes da organização social. Nessas ocasiões, a população do Sul é chamada a contribuir em campanhas de arrecadação e são abertas as subscrições pelos jornais, em que são publicadas as listas de nome dos “beneméritos. (ALBUQUERQUE, 1999, p. 68).

Foram vários os autores e autores que se debruçaram a refletir sobre o conceito de *Nordeste* do Brasil, inclusive, em 1937, Gilberto Freyre e Djacir Meses fizeram livros sobre. Conforme Gilberto Freyre fazendo uma análise sobre o período:

A palavra “Nordeste” hoje é uma palavra desfigurada pela expressão “obras do Nordeste” que quer dizer: “obras contra as secas”. E quase não sugere senão seccas. Os sertões de areia seca rangendo de baixo dos pés. Os sertões de paisagens duras doendo nos olhos. Os mandacarus. Os bois e cavallos angulosos. As sombras leves como umas almas do outro mundo com medo do sol. Mas esse Nordeste de figuras homens e de bichos se alongando quasi em figuras El Greco é apenas um lado do Nordeste. O outro Nordeste. (FREYRE, 1990, p. 21).

Outro trabalho que se propôs a falar sobre o Nordeste e o sertanejo foi o livro *Os Sertões*, do jornalista Euclides da Cunha, que se consagrou como escritor. O livro, lançado em 1902, narra a Guerra em Belo Monte (Canudos). Assim disse Willi Bolle:

Euclides se propõe a escrever a história de ambos os lados, estabelecendo uma empatia simultânea com os “bárbaros”, como ele chama os sertanejos rebeldes, e com os “antigos”, que seriam seus concidadãos “civilizados”. Será que ele consegue?

Quanto aos sertanejos, que o autor insiste em chamar de “jagunço”, as passagens preconceituosas e discriminatórias são inúmeras. Sob o impacto das barbáries cometidas em Canudos pelos vencedores e movido pelo sentimento de culpa, Euclides parece disposto a rever suas posições. No entanto, o dispositivo para dar conta dessa tarefa – a introdução de um narrador “sincero”, franco, verdadeiro, sem disfarces – parece pouco convincente. (BOLLE, 2004, p. 37).

Willi Bolle afirma que *Grande Sertão: Veredas*, do escritor e diplomata João Guimarães Rosa, é uma resposta ao livro de Euclides da Cunha, propondo a visão de um outro sertão/sertões.

Vereda configura-se como o exato oposto do ensaio historiográfico de Euclides, em que o letrado representante da elite modernizadora monopoliza o discurso. A inversão dos papéis costumeiros é um estratagema de Guimarães Rosa para chamar a atenção sobre o desequilíbrio de fala entre as forças sociais. O seu narrador sertanejo, note-se bem, não é nada “simples”, mas uma pessoa que conhece muito bem a gramática e a retórica, uma figura altamente elaborada, um *jagunço letrado*. Sob a rude aparência manifesta-se uma inteligência aguda, realizando o trabalho de mediação mais sutil já inventado entre a cultura letrada e a cultura popular. (BOLLE, 2004, p. 41).

É fundamental refletir sobre essa concepção de sertão, pois, por muito tempo, foi compreendido apenas como um lugar deserto e desabitado. Com o surgimento da denominação Nordeste, o sertão passou a ser atrelado à seca. Assim, na literatura da época do Caldeirão e nos trabalhos técnicos, o Sertão se tornou o lugar de agruras, sofrimento e miséria, percepção essa que se espalhou por outras partes do Brasil e do mundo, inclusive por meio da pintura.

No entanto, é problemático conceber o sertão dessa forma, uma vez que a região do Caldeirão é circundada por um oásis da Chapada Nacional do Araripe (na época, Serra do

Araripe). Willi Bolle traz para a discussão o sertão como um lugar diverso, de abundância, de encontros de cultura, tradições e saberes, interconectado com o resto do Brasil. Não se trata de um lugar isolado: as culturas externas chegam, mas os sertanejos preservam e, em muitos aspectos, reafirmam suas tradições.

O sertanejo, na época do Caldeirão e ainda hoje, é visto pelas classes dominantes e teorias modernizantes como ignorante, desprovido de inteligência e útil apenas como *máquina*, termo que apareceu frequentemente no jornal *O Povo*. O trabalho de Guimarães Rosa, citado por Willi Bolle, visa justamente mostrar que sertão não se resume ao Nordeste, nem à seca, tampouco à falta de letramento e sabedoria.

Ao falar sobre os “sertões dos Gerais”, ele leva o olhar para Minas Gerais e Goiás, lugares com sertões e culturas próprias. Ele mostra que, apesar de haver regiões de seca, há abundância em águas (rios, cachoeiras e fontes diversas). Sua narrativa apresenta, por fim, um letrado que conta a história e ensina o letramento a um senhor de posses.

Para dar suporte a esta análise, Chaïm Perelman é fundamental como teórico. Ele distingue entre auditório universal e particular, argumentando que a persuasão só é possível na dimensão do particular. No entanto, para que algo seja aceito, é preciso passar pela validação do auditório universal. Assim, ele diz:

Para cada auditório existe um conjunto de coisas admitidas que têm todas as possibilidades de influenciar-lhes as reações. Tal conjunto é relativamente fácil de discernir quando se trata de um auditório especializado: será o *corpus* do saber reconhecido pelos praticantes de uma disciplina científica; será o sistema jurídico interior no qual uma decisão jurídica se insere. (2002, p. 131).

Importante considerar, ainda, a análise de Chaïm Perelman sobre os valores de uma sociedade e a credibilidade do orador (*ethos*). Se a pessoa que fala é vista como de boa conduta e respeitada socialmente, sua narrativa tende a ser bem-aceita ou, pelo menos, contestada com cautela. Conhecer os valores sociais permite ao orador determinar o público e escolher a melhor forma de se comunicar:

Os valores intervêm, num dado momento, em todas as argumentações. Nos raciocínios de ordem científica, eles são geralmente restringidos à ordem da

formação dos conceitos e das regras que constituem o sistema em questão e ao termo do raciocínio, na medida em que este visa ao valor da verdade. O desenvolvimento do raciocínio é, tanto nas ciências formais. Mas, nos campos político, jurídico e filosófico, os valores intervêm como base de argumentação ao longo de todo o desenvolvimento. Recorre-se a eles para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem. (PERELMAN, 2002, pp. 84–85).

Imprensa no Brasil e Ceará nas décadas de 1920 e 1930

A imprensa no Brasil é um veículo presente desde o nascimento da nação e extremamente ativo, sendo o principal palco das discussões políticas. Conforme Ana Luíza Martins e Tânia Regina de Luca:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos assistiram à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado. Os impressos que circulam por aqui em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. (LUCA, MARTINS, 2008, p. 8).

Ao focarmos em alguns jornais da imprensa cearense no período de 1920 a 1930, a análise de Geraldo Nobre nos é útil ao indicar que, naquele momento histórico:

O jornal cearense ainda traz a notícia como um complemento de debate político, que se expressa tanto na assembleia como nas folhas, definição mais apropriada para os jornais de então, com suas quatro páginas, das quais as duas últimas eram tomadas por anúncios. Assim, durante muito tempo, os jornais estiveram intimamente ligados a partidos políticos ou grupos de opinião e deram pouca atenção ao caráter noticioso ou mesmo comercial da imprensa. (NOBRE, 1974, p. 128).

O jornal *O Povo* foi fundado em 1928, na capital do Ceará, Fortaleza, e discutiu o Sítio Caldeirão de Santa Cruz do Deserto frequentemente. Localizei na Hemeroteca Digital cerca de 20 edições do jornal *O Povo* sobre o Caldeirão. O dono e diretor era Demócrito Rocha (1888–1943), um homem respeitado pela sociedade que, na época da fundação do jornal, também

[SERTÃO HISTÓRIA \(ISSN 2764-3956\) – Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente – NEHSA, Universidade Regional do Cariri | V.5, N.9, jan.- jun., 2026.](#)

atuava como deputado federal. Esse periódico, quando da sua fundação, nasce com o discurso de que aquele meio de comunicação tinha como objetivo ser a voz do povo, por isso foi escolhido esse nome. Em relação à circulação, quando da inauguração, possuía centenas de assinaturas, sendo um jornal de publicação diária, acabava por estar todos os dias nas mesas de seus leitores, que com toda certeza dialogavam sobre o que ali encontravam.

É importante considerar que a imprensa é tida por muitos como o lugar da informação, da verdade, do que já foi analisado e entregue como resultado. Sobre o Caldeirão, como mencionado, as matérias foram diversas e, em muitos momentos, o apresentavam como um lugar de perigo. Conforme Maria Isabel Medeiros, assim disse um funcionário que trabalhou mais de 50 anos no Jornal *O Povo*:

Então era aqui o Sarasate. O Demócrito fazendo política, depois o jornal se engajou politicamente no PSD, que era o antigo Partido Social Democrático, contra a liga Eleitoral Católica, que era pelo Andrade Furtado, que era do Jornal O Nordeste, um jornal político. Sarasate foi eleito Deputado Estadual; e Demócrito Rocha Deputado Federal. Em 1937, Getúlio acabou com a brincadeira. No dia 10 de maio de 1937, decretou o Estado Novo; os partidos se dissolveram e os políticos voltaram para casa. Foi aí que Demócrito Rocha, que vivia da política, e o Sarasate passaram a viver do jornal. [...] Houve uma redemocratização em 1945 e foi criada a UDN, de um lado, União democrática Nacional, à qual se filiava o Sarasate e outros políticos [...] aos poucos foram cedendo e jornal abrindo espaço para outros partidos. Antes era só a UDN, do Paulo Sarasate. Todo dia tinha uma notícia do Paulo Sarasate. Ele era muito vaidoso. (ALMEIDA, 2017, p. 19).

A análise começa com uma matéria de 2 de março de 1935, escrita por Antônio de Alcântara Machado, um homem influente na sociedade da época. É notável que ele chama o beato José Lourenço e Severino Tavares (que pregava nos sertões sobre o Caldeirão) de “malandros”, classificando-os como pessoas de má conduta. Ou seja, a percepção veiculada pelo jornal, naquele 2 de março, era a de que o Caldeirão era um lugar de perigo:

Dois malandros do Ceará, José Lourenço e Severino andam explorando no vale do cariri a memória do Padre Cícero. Mas explorando inteligentemente de um modo que representa sem dúvida um notável progresso sobre os processos até hoje adotados no sertão para fanatizar os coitados alucinados pela seca. Os fiéis que eles trazem invocando o padrinho são obrigados ao trabalho. Não se

limitando a rezar, construir igrejas, venerar os beatos, preparar o espírito para a bem aventurança eterna. São fanáticos não resta dúvida. Mas fanáticos que lavram a terra plantando cana e arroz. Severino alicia no sul do Ceará e estados vizinhos o pessoal que José Lourenço dirige no sítio Caldeirão. Se deu um lado contribuem para a prosperidade criminosa de dois canalhas, de outro cooperam para a riqueza de um pedaço de terra até então abandonado. E talvez voltem para as suas casas curados do mal da crendice. Como José Lourenço não é nenhum Antônio Conselheiro, não se limita a receber a veneração e fomentar o misticismo analfabeto dos fiéis, mas exige deles uma devoção em trabalho, lhes impõe uma penitência de tantas horas de enxada, é bem possível que acabem por descreer de iluminados e beatos. (Alcântara Machado, 02 de março de 1935, Jornal O Povo).

Os moradores e moradoras eram descritos como pessoas que tinham *crendice*, denotando uma fé cega. Além disso, o título trazia como termo central o de *fanático*, que se referia a quem não estava em posse das faculdades mentais e seguia crenças que divergiam da fé católica, segundo a Igreja e o Estado. Deixo abaixo o jornal:

Figura 1: Jornal O Povo, 02 de março de 1935



Fonte: Hemeroteca digital

Outra matéria, posterior, é a do dia 30 de setembro de 1936, mês em que o sítio Caldeirão de Santa Cruz do Deserto foi invadido e destruído por forças policiais do Estado do Ceará. Segue a transcrição:

A propósito da recente atitude contra os domínios, do beato José Lourenço, no município de Crato, queremos chamar a atenção do governo para certos fatos que estão se desenrolando no sítio Caldeirão, onde morava o velho discípulo do Padre Cícero, o que talvez escape ao conhecimento das autoridades superiores do estado. Como sabe o público, desde que a polícia se insurgiu contra o “beato”, pondo termo a vida estranha que o mesmo levava naquele sítio, estacionou ali um destacamento, incumbido de manter a ordem e não permitir, certamente, a reorganização do centro de fanatismo e retardamento social que as autoridades cearenses vislumbram no pacato município. Entretanto, segundo informações que nos tem sido enviadas, o destacamento em apreço está pondo em “leilão”, todos os pertences de José Lourenço. Algodão, utensílios domésticos, tudo, enfim, é vendido sem a menor formalidade legal. Ao mesmo tempo em que destroem casas e se impõe a mudança de domicílio dos seus habitantes. Por mais elogiável que pareça o gesto da polícia, na investida que levou a efeito, não lhe assiste, entretanto, o direito de dispor dos bens do “beato” e dos seus sequazes, os quais são devidamente assegurados pelas leis do país. Acreditando, pois, que o governo é alheio a tais ocorrências, aqui deixamos registrado a nossa estranheza em torno das mesmas, na expectativa de que será emprestada ao caso uma orientação diversa, com os postulados do Direito e da Justiça. (*O POVO*, 30 de setembro de 1936).

Em seguida, será analisada uma matéria de 11 de maio de 1937 sobre o confronto que resultou em mortes na Serra do Araripe. Deixo abaixo o jornal e, logo após, a transcrição. Na transcrição, é possível notar que até o Ministro da Guerra foi solicitado:

Figura 2: jornal *O Povo* – 11 de maio de 1937



Fonte: Hemeroteca digital

“Governador do Ceará – Urgente – de Rio, 10, (horas 17h 30) – em resposta o vosso telegrama hoje recebido comunico a Vossa Excia que acabo de telegrafar ao comandante da 7ª Região autorizando-o a mandar prestar auxílio que seja necessário, no que se refere ao atentado no município do Crato. Atenciosas saudações. General E. Dutra. Ministro da Guerra”. (O POVO, 11 de maio de 1937).

Noutra parte da matéria, é possível encontrar a resposta de Amaro Vilanova, que informou que a ordem de auxílio estava sendo executada:

Às 23 horas chegava a mão de S. Excia. O seguinte telegrama, urgente do comando da 7ª Região – Recife, 10 (21h 33) acabo de ordenar ao 23 B.C que a auxilie a repressão dos atentados dos fanáticos contra a cidade do Crato, conforme ordem que recebi do Sr. Ministro da Guerra, Sds– Amaro Vilanova, Cmt da 7ª B.M. (O POVO, 11 de maio de 1937).

Um aspecto que merece atenção neste jornal específico é o fato de que ele menciona que muitas pessoas estiveram envolvidas na ordem da destruição e se mostraram dispostas

a ajudar, como, por exemplo, o Cap. João Sobrinho de Melo e o Cap. Castro Aires, os quais teriam posto armas e pessoal à disposição do governador Meneses Pimentel:

Antes disso, porém logo a tarde – às 17 horas – estiveram no Palácio do Governo o Sr. Cap. João Sobrinho de Melo, comandante do 23 B. C e o Cap. Castro Aires, ajudante, que foram por a disposição do Governador Meneses Pimentel, os recursos militares, inclusive de pessoal, de que a excia, acaso precisar para a repressão do surto de fanatismo criminoso. (*O POVO*, 11 de maio de 1937).

Em 12 de maio de 1937, saiu uma nova matéria sobre um confronto na Serra do Araripe, onde várias vidas foram perdidas, tanto de policiais quanto de ex-moradores do Caldeirão (incluindo o Capitão José Bezerra e o próprio Severino Tavares). Severino foi o líder que comandou essa emboscada contra a polícia, em represália às perseguições sofridas e aos ataques que as mulheres vinham sofrendo por parte da polícia. Essa ala, digamos, radical, não aceitou o ocorrido e, em vez de retornar para suas terras de origem conforme a ordem policial, fugiu para o mato e permaneceu escondida por muitos meses. A matéria relata:

Tendo passado todo o dia de ontem em Joazeiro, onde procedeu a vários voos de reconhecimento a fim de localizar os fanáticos do beato José Lourenço, regressou as 10h da manhã de hoje a esta capital, em avião militar, o capitão Cordeiro Neto, chefe de polícia deste Estado. No intuito de fornecer aos leitores, os mais amplos detalhes acerca dos lamentáveis acontecimentos na serra do Araripe, a reportagem do O Povo procurou ouvir aquele militar, encontrado-o ao meio dia, em sua residência. Os sucessos de Joazeiro que são uma resultante do ocorrido ano passado em Caldeirão – começou o capitão Cordeiro Neto revestem-se de certa gravidade, si se tiver em vista o local estratégico, em que se acham os transviados e fanatismo que nos mesmos desperta o beato José Lourenço. (*O POVO*, 11 de maio de 1937).

Na matéria, os camponeses e camponesas são representados como “transviados”: pessoas que se desviaram do “percurso certo” e estavam em estado de precariedade mental. Eram, portanto, consideradas fáceis de serem manipuladas, conforme a imprensa afirmou em diversas matérias.

A edição do dia 18 de maio de 1937 mostra o teor da comunicação entre autoridades e suas percepções sobre o caso. Na matéria, uma autoridade de Senador Pompeu avisa às do Ceará sobre o que chamavam de “núcleo de fanatismo” e que algo parecido estava em curso em sua localidade:

Um novo Caldeirão?

Os Fanáticos de Pedra Branca são partidários da Monarquia

Mais de 200, em trajes exóticos, tomaram parte na Festa do Dia Dez

Escrevem-nos de Senador Pompeu

Tendo lido o noticiário do vosso conceituado jornal sobre a trágica ocorrência de Caldeirão em que perderam a vida o capitão José Bezerra e seus soldados, venho pedir a v. s a publicação dessas linhas. No vizinho município de Pedra Branca, no lugar Cabeça Seca, um prospero agricultor reside ali, influenciado por um indivíduo chagado a pouco de S. Paulo, fundou uma espécie de núcleo de fanáticos, que dizem ser partidários do regime monarquista. No dia 10 do corrente, organizaram ali uma festa em que tomaram parte mais de 200 fanáticos, em trajes exóticos, com enfeites e bolões pretos e cruces encarnadas nos braços. Dando vias a D. Pedro II, a monarquia e ao seu chefe a quem obedecem cegamente. Para a referida festa foram abatidos caprinos e lanígeros. Convém levar o fato ao conhecimento das autoridades para que não se repitam cenas desagradáveis como as que ocorreram em Caldeirão. Agir com inteligência e cautela no combate a mais esse núcleo de fanatismo que reponta em nosso Estado. O Caso é mais de catequese, de ensinamentos prontos e eficazes do que mesmo de polícia. Tomando providencias oportunas e esclarecidas, o governo poderá extirpar essas deploráveis manifestações da ignorância sertaneja, fazendo penetrar na orbita social aqueles que dela se encontram afastados a falta de instrução. (O POVO, 18 de maio de 1937).

Outra matéria é do dia 29 de novembro de 1937 e tem como título: “José Lourenço no Rio Grande do Norte: Novos Telegramas sobre os seus fanáticos”. É sugerido pela imprensa que o beato José Lourenço estava circulando, colocando, desse modo, todos em estado de alerta a um perigo dito pelas matérias como iminente. A matéria do dia 14 de janeiro de 1937 tem como título “Jose Lourenço na Bahia?”

No mesmo jornal, ainda aparece uma foto de cangaceiros com o título: “Lampeão: o que conta a imprensa de Sergipe.” A matéria sobre Lampião provavelmente saiu porque, em diversas reportagens, as pessoas do Caldeirão eram representadas como “cangaceiros”, o que causava muito temor na época, já que o imaginário popular as via somente como violentas, matadoras e saqueadoras.

Análise dos periódicos do Jornal O Estado

O jornal *O Estado* foi outro veículo de comunicação a publicar muitas matérias sobre o Caldeirão. Essas publicações ocorreram após a destruição do sítio, pois o jornal é datado de um período em que o Caldeirão já havia sido destruído e um grande confronto na Serra do Araripe estava prestes a ocorrer, envolvendo ex-moradores e forças policiais que os perseguiram. Conforme Benedita Cipriano (2011, p. 146), o jornal *O Estado* “[...] surgiu como mais um órgão político; fundado por José Martins Rodrigues, secretário de estado do governo de Menezes Pimentel.” A transcrição do jornal de 13 de abril de 1937, um mês antes do ataque que resultou em mortes de ambos os lados, é apresentada a seguir:

A DILIGENCIA DE CALDEIRÃO

Um magnífico opúsculo distribuído pela chefatura de polícia.

O sr. Dr. Cordeiro Neto, chefe de polícia, teve a gentileza de nos oferecer um fascículo da exposição feita a chefia, em cumprimento a portaria sob nº 357, de 30 de março último, pelo tenente Sr. José Goés de Campos Barros, Delegado de Ordem Política e social. Do que o ocorreu na diligencia do Caldeirão, no Sul do Estado. (Jornal O Povo, 13 de abril de 1937).

Nela é apresentado um trecho do fascículo feito pelo tenente José Góes de Barros, um dos encarregados pela destruição, em que ele detalha como se deu o massacre. Já a transcrição seguinte, do dia 14 de abril de 1937, retrata o Beato José de uma forma que o tom pejorativo aparece de maneira muito óbvia, sem ponderação:

Sem acolher os seus filhos transviados, complicando, assim, o problema.

Outra dificuldade séria se apresentava. É que o núcleo já contava com cerca de quatrocentas casas e os bens da comunidade. Representados em cavalos, porcos, bois, etc. Precisavam de uma aplicação honesta e justa. Fazia-se necessária uma medida drástica e radical. De modo a não mais se possível a sua reconstituição, mediante a influência dos romeiros que de longe, já vinham atraídos pela santidade do preto sagaz; falavam-se em presentes de vinte conto de réis, que eram incorporados a economia simples daquele Estado Comunista e teocrático: quanto aos doadores alistavam-se na turma de trabalhadores e penitente, cuja faina só era interrompida pelas prolongadas e fatigadas orações. (Jornal O Povo, 14 de abril de 1937).

A matéria que saiu sobre o Caldeirão no dia 14 de maio de 1937 também é muito interessante. Nela há uma mensagem do Sr. Norões Milfonte, político influente, falando em tempo real sobre o que estava acontecendo no dia da luta na Serra do Araripe:

Os trágicos e impressionantes acontecimentos no Cariri.
Continua o tiroteio na Serra do Araripe estando a força policial sitiada. O capitão pede socorros urgente – abraços, Norões Milfont. Pouco mais tarde, o Exmo. Sr. Governador recebia o seguinte rádio: que a força comandada pelo Cap. José Bezerra foi dizimada. (Jornal *O Povo*, 14 de abril de 1937).

Pelo que podemos observar, o governador do estado, Meneses Pimentel, estava recebendo notícias por meio do jornal, rádio e outros veículos. Norões Milfont se mostrou contrário ao Caldeirão e a favor de sua destruição. Com base na teoria de Perelman, é evidente que este discurso abriu espaço para a persuasão.

Há muitas matérias do jornal *O Estado* que trazem como narrativa a luta na Serra do Araripe e perseguições. Assim diz o título do jornal de 12 de maio de 1937: “*Os mais recentes e completos informes sobre o surto de fanatismo na zona do Cariri*”. Aqui os ex-moradores do Caldeirão aparecem como pertencentes ao fanatismo.

Já o jornal *O Estado*, do dia 13 de maio de 1937, fala sobre a chegada dos corpos do capitão José Bezerra e do sargento Anadeto em Fortaleza, e o que se percebe é que foram recebidos por autoridades e muitos moradores como pessoas honradas, que deram suas vidas em defesa da segurança pública. O último jornal analisado é *O Estado*, de 15 de maio de 1937. Nele, aparece a foto dos corpos de ex-moradores do Caldeirão, o que interpreto como uma clara forma de intimidação.

Esses corpos são de São Cosme e outros dois. Outra coisa a ser observada é que eles estão amarrados. De fato, a imagem é extremamente brutal e evidencia a verdadeira perseguição e violência empregadas pelo Estado contra o Caldeirão.

O que se percebe é que o jornal *O Estado*, assim como o jornal *O Povo*, estavam ali noticiando diariamente após a luta na Serra do Araripe e colocando o Caldeirão como lugar de perigo. Um medo foi instaurado na sociedade local e não foram contidos esforços em espalhá-los por outros estados. A imagem é apresentada a seguir:

Figura 3: Jornal O Estado, 15 de maio de 1937



Fonte: Hemeroteca digital

Outras narrativas: o jornal O Povo deu voz a José Alves de Figueiredo

Houve quem escrevesse de forma favorável ao Beato José Lourenço, e algumas pessoas do Caldeirão também foram ouvidas. Sobre os remanescentes ouvidos, eles afirmavam que o Caldeirão era um lugar bom, mas é possível observar que os jornais analisados os rotulavam como ignorantes, que não estavam em pleno domínio das faculdades mentais.

No caso de José Alves de Figueiredo, ele frequentou o Caldeirão e, assim como os remanescentes, sabia exatamente do que falava. Seu artigo foi publicado no jornal *O Povo* ainda em 1934, quando o Padre Cícero ainda estava vivo. O texto é um artigo em que ele fala sobre as perseguições sofridas pelo Beato José Lourenço e seu povo. Vale lembrar que o farmacêutico José Alves de Figueiredo era um homem muito influente e respeitado na sociedade.

No artigo é realizada uma descrição que abrange desde a chegada de José Lourenço em

Juazeiro, seu encontro com o Padre Cícero, sua ida para Baixa Dantas, as perseguições e o legado do Caldeirão. Conforme Maria Isabel Medeiros Almeida:

Para produzir esse material, José Alves de Figueiredo foi à comunidade, conheceu a rotina de trabalho e de oração pregados por José Lourenço. Tanto que a identificação com o beato fica evidente no decorrer da leitura, a partir do emprego de adjetivos como “laborioso agricultor”, “homem extraordinário” e “puritano”. Ao conhecer de perto José Lourenço, o jornalista percebe que “esse humilde camponês, dominado sempre pela idéia, ou mania de ser superiormente humanitário, não será capaz de esperar dele um movimento qualquer que implique rebeldia” (FIGUEIREDO, 2006, p. 47). Além disso, Figueiredo também faz uma dura crítica em relação às perseguições que José Lourenço sofreu ao longo de sua trajetória e ao fato de que muitos jornalistas também se mostravam favoráveis ao linchamento moral do beato. A publicação do artigo acarretou sérias consequências para José Alves de Figueiredo. Além de perder seu prestígio político, o jornalista, escritor e farmacêutico foi preso. (ALMEIDA, 2011, p. 86)

Nessa matéria, José Lourenço é caracterizado como camponês e o Caldeirão como um lugar onde as pessoas viviam sob um sistema de oração e trabalho. Conforme Maria Isabel Medeiros:

O artigo ficou solitário, como afirma Régis Lopes (2006, p. 16), “no rol de matérias que os jornais publicaram sobre o Caldeirão”. A repressão que José Alves de Figueiredo sofreu ao publicá-lo é um indício de que, além de combater o

Caldeirão, os políticos e a polícia também iriam perseguir aqueles que se posicionassem a favor da Comunidade. Pode-se afirmar, portanto, que ocultar e, principalmente, combater opiniões favoráveis aos ideais e ao trabalho pregados por José Lourenço era uma forma de contribuir para o esquecimento da experiência do Caldeirão. (ALMEIDA, 2010, p. 10)

Perseguição e destruição do Sítio Caldeirão

Foi no Palácio da Luz, em Fortaleza, que se reuniram, em 1936, Francisco de Assis Pires (bispo da Diocese do Crato), o chefe de polícia Cordeiro Neto, o governador do Estado Ceará, Meneses Pimentel, e outras pessoas que optaram por determinar o fim do Sítio Caldeirão. O consenso era que o local, taxado de “fanáticos” e “comunistas”, representava um perigo à ordem social e, portanto, deveria ser destruído. Rui Facó afirma:

O Beato Lourenço, do Caldeirão, antes de ser atacado pelas forças repressivas, era objeto de denúncia por parte do Clero do Cariri às autoridades civis e militares. A Igreja Católica desempenha, assim, o papel de polícia ideológica no meio rural, antecipando-se as forças repressivas. Preparando-lhes o caminho, percebe, institivamente, que a “heresia”, os desvios das normas de conduta estabelecida pela religião dominante – a religião das classes dominantes – poderá evoluir até a rebeldia contra a ordem constituída. Uma vez repelida pelos “crentes” ou “fanáticos” sua ação pacificadora dá o brado de alarma. Deve ser esse o primeiro abalo que sofrem os *crentes* ou *fanáticos*, depois de adotarem sua atitude de protesto inconsciente, até então passivo, contra a ordem de coisas existente. E deve ser também o ponto de partida, a fase de transição, da atitude passiva. O momento da consciência de uma posição de revolta. (FACÓ, 2009, p. 52)

Desse modo, tropas foram enviadas com muitas armas e permissão para utilizar da violência, caso necessário. Uma coisa é certa: foram dias de terror até que o Caldeirão fosse completamente evacuado. Conforme Judson Jorge da Silva:

Dois ataques militares deram fim ao sonho dos camponeses do Caldeirão. O primeiro deles ocorreu no dia 10 de setembro de

1936. Conforme as histórias contadas pelos remanescentes, a humilhação e os maus-tratos perpetrados pelas tropas contra os camponeses foram inúmeros. Nessa ocasião, vários bens da comunidade foram saqueados, animais foram soltos nas plantações, pés de algodão e mais de 400 casas foram queimadas. O Beato, avisado com antecedência do ataque, refugiou-se na mata, onde posteriormente voltou a reunir-se com os membros da comunidade, passando a viver como clandestinos na localidade da Mata dos Cavalos até que pudessem retornar para o Caldeirão. (SILVA, pp. 133-134).

Os moradores foram expulsos não só do Caldeirão, mas do Ceará. Casas e plantações do sítio foram incendiadas e muitas perseguições ocorreram posteriormente à destruição, mesmo sem ter havido qualquer violência por parte dos moradores. A única reação foi a fuga para a Serra do Araripe por parte daqueles que se negaram a ir embora, e lá ficaram sob a liderança do Beato Severino Tavares até 1937.

A repressão foi intensa; as pessoas evitavam falar sobre o Caldeirão. Um dos responsáveis por comandar a destruição do Sítio, o senhor Tenente Góes de Barros, fez uma exposição sobre o que foi feito:

Colocando piquetes nas vias de acesso, o cap. Cordeiro Neto ordenou que refizessem batidas em todos os casebres, estreitando cada vez mais o cerco, prendendo homens, que deveriam ser conduzidos para a casa do engenho, ponto previamente escolhido para este fim. Partindo as patrulhas, as duas horas seguintes decorreram dentro de um silêncio absoluto. Ao clarear do dia a paisagem ressequida se nos apresentou movimentada pelas colunas de crenes, vestidos de luto que a visita indesejável despertará em sobressalto; de longe lembravam formigas negras, descendo pelos morros, percorrendo o gundo dos pequenos vales, acossadas por algum imperativo climério. (BARROS, 1936, p. 33).

A partir da citação acima é possível identificar que as casas foram invadidas, homens forçados a irem para a casa do engenho e muita violência. Depois o Tenente Góes de Barros disse:

O problema de fanatismo no Nordeste tem raízes profundas na história Nacional; que teve lances de um sabor épico e fases negras, trágico – filhas de uma energia inquebrantável, de uma vontade férrea, a serviço de uma ignorância profunda e sincera, ou de uma inteligência inescrupulosa e astuta. (BARROS, 1936, P. 3)

Como se pode observar, nessa parte da exposição, é dito que o Caldeirão estava a serviço da ignorância e que o Beato José Lourenço tinha uma “inteligência inescrupulosa”. Em seguida, no trecho abaixo, ele discute o papel das elites e dos trabalhadores, sendo estes últimos compreendidos como “massa anônima”:

A verdadeira história da Humanidade é a história das elites: a massa anônima é apenas material de construção – não pode dirigir; as minorias inteligentes e cultas representam o cérebro que pensa, analisa, conclui, ordena; e o corpo é sempre maior que a cabeça que o conduz, isto é, imprimir-lhe a coerência básica das ações. (BARROS, 1936, P. 4).

Ou seja, o ambiente de preconceito que circundava o beato José Lourenço, o Caldeirão e seu povo é claramente visível, chegando ao extremo da destruição. Questiona-se, contudo, se essa destruição se deu somente por uma visão ingênua do Caldeirão como um lugar de fanáticos e comunistas, ou se a ameaça de ver a força do campesinato, mesmo em tempos de seca, e o possível medo de uma reforma agrária, motivaram a ação do Estado.

Constata-se que, em 1935, surgiu uma narrativa que rotulava o Beato José Lourenço como um homem *malandro* e de caráter duvidoso, e o Caldeirão como um local perigoso, por ser gerido por ele e reunir grande número de pessoas, segundo os articulistas do jornal *O Povo*.

Em setembro de 1936, houve outra matéria na qual os moradores continuam a ser retratados como fanáticos e comunistas, mas a narrativa se torna ainda mais dura. Acredita-se que essa intensificação do discurso esteja atrelada ao fato de o Padre Cícero já não estar mais vivo, pois representava um grande suporte de proteção para o beato José Lourenço.

O mês de setembro de 1936 marcou a destruição do sítio Caldeirão. A utopia que ali se efetivou foi violentamente desfeita pelo Estado, sob o governo de Meneses Pimentel.

O dia 12 de maio também gerou matéria do jornal *O Povo*, desta vez em relação a uma emboscada planejada por Severino Tavares, que colocou seu grupo em confronto com as forças policiais do Capitão José Bezerra. Nesse episódio, houve muitas mortes, inclusive a do Capitão e a do próprio Severino Tavares. Nas matérias, é possível ver também que os articulistas solicitavam apoio abertamente e, em muitos momentos, obtiveram respostas, inclusive de pessoas e autoridades de outros estados que se propuseram a auxiliar as forças policiais e o Estado.

Muitas matérias datadas após a destruição na Serra do Araripe colocam o Beato José Lourenço como alguém que circularia por outros estados, colocando outras localidades sob o perigo iminente de novas formações semelhantes. Já o jornal *O Estado*, que focou mais no confronto da Serra do Araripe, publicou matérias a semana inteira após o episódio, sendo várias delas no próprio dia. As notícias sobre o confronto estavam sendo descritas nos jornais quase em tempo real, incluindo pedidos de reforço policial para as tropas e, posteriormente, o aviso das vidas ceifadas.

Considerações finais

Percebe-se que, à semelhança das resistências indígenas no período colonial, os quilombos e os movimentos camponeses (como Contestado, Belo Monte/Canudos e Caldeirão) foram sufocados pelos respectivos Estados. Tais modelos de resistência não eram viáveis para o capitalismo e para a manutenção da ordem vigente.

A análise dos jornais tornou nítida a forma como o Caldeirão foi rotulado como *comunista* e *fanático*. Além disso, ficou evidente o quanto o Caldeirão estava envolto por teorias e visões de mundo das classes dominantes (detentoras de terras e meios de produção), que o colocaram na esteira do atraso e da ignorância. A cor do Beato José

Lourenço em muitas matérias também foi motivo de preconceito, atrelada à inferioridade e à falta de caráter. Toda uma narrativa, de modo consciente ou inconsciente, foi sendo construída por setores da imprensa. É inegável, portanto, o papel da imprensa como aporte ideológico, atuando na perspectiva do convencimento e da persuasão, dado o seu poder dentro de uma sociedade.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5.ed. – São Paulo: Cortez. 2011.

ALMEIDA, Maria Isabel Medeiros. **Memória e História: O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto na Narrativa Histórica**. Dissertação (História Social) São Paulo – PUC, 2011.

ANDRADE, Isabel Santa'Ana. **Os jangadeiros libertos e o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: Movimentos de um Nordeste negro insurgente**.

BARROS, José Góes de Campos. **A Ordem dos Penitentes**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1937.

BOLLE, Willi. **Grande Sertão: cidades**. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 24, p. 80 – 93, 1995. DOI: 10. 11606/issn. 2316-9036. V0i24p.80-93.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

DELLA CAVA, Ralph. 1985. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos – gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FREYRE, Gilberto. **O Nordeste** Aspectos da influencia da canna sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Editora - Livraria José Olympio – Rio, 1937.

HALL, stuart. **Cultura e representação**. Ed PUC – Rio. Apiculre, 2016.

MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste: Formação social do Nordeste**. Editora Livraria José Olympio – Rio, 1937.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 2. ed. Brasília / Rio de Janeiro: Fundação Palmares / OR Editor Produtor, 2002, p. 269-274).

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: Relações racias, quilombos e movimentos. ZAHAR. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

NOBRE, Edienne S. **Incêndios da alma: a beata Maria de Araújo e a experiência mística do Brasil de oitocentos**. Tese (doutorado) – UFRJ/Instituto de História/Programa de Pós Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2014.

NOBRE, Ediene S. **“Eu te darei um coração capaz de amar”**: Maria de Araújo e o ensaio de uma mística feminina. Revista Em Tempo de Histórias – UnB. 2009.

Disponível em

<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/20019/1843> 4.

NOBRE, Geraldo. **Introdução a história do jornalismo cearense**.

Fortaleza: GRECEL, 1974.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. 6° ed. São Paulo. Contexto, 1996.

PERELMAN, Chaim. **Tratado da argumentação**: A nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RAMOS, Régis Lopes. **Caldeirão**: estudo histórico sobre o beato José Lourenço e suas comunidades. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/ NUDOC-UFC, 2011.

SILVA, Judson Jorge da. **Caldeirão e Assentamento 10 de Abril**: passado e presente na luta por terra no Cariri cearense. Universidade Federal do Ceará, 2010.

SIPRIANO, Benedita. O jornalismo cearense nas décadas de 1920 e 1930: As relações entre “informativo” e “opinativo”. Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s), [S. l.], v. 4, n. 07, 2022. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/bilros/article/view/7682>. Acesso em: 20/08/ 2025.

SILVA, Lemuel Rodrigues. O discurso religioso no processo migratório para o Caldeirão do Beato José Lourenço. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

VIDAL, Vileci Basílio. A Romaria da Santa Cruz do Deserto no Caldeirão. Artigo.

Disponível em: <http://cptce.blogspot.com/2014/09/artigo-romaria-da-santa-cruz-do-deserto.html>.

VIDAL, Vileci Basílio. Raízes do Caldeirão: uma referência para a recriação do campesinato no Assentamento 10 de abril. Juazeiro do Norte – UFCA, 2017.

Fonte

Jornais *O Povo* e *O Estado*, consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

A autora

Hioga Fernanda Duarte Rocha Santos

Universidade de Brasília

Recebido em 08/2025 • Aprovado em 03/2026 • Publicado em 10/2026